


Blumenau - SC, 10 de outubro de 2025.

Aos acionistas da
PAGESA INSTITUICAO DE PAGAMENTO S/A.

Senhores Acionistas,
A Administração da **PAGESA INSTITUICAO DE PAGAMENTO S/A.**, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras intermediárias relativas ao período findo em 30 de setembro de 2025.

A Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado, não financeira, fundada em 14 de junho de 2024 e tem por objeto: (i) Atividades de Instituição de Pagamento para realizar iniciação de transação de pagamento correspondente de instituições financeiras, serviços prestados principalmente às empresas; (ii) emissão de moeda eletrônica; (iii) licenciamento de programas de computador customizáveis; (iv) suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação; (v) tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet, atividades de prestação de serviços de informação; (vi) instituidora de arranjo de pagamentos; (vii) atividades de cobranças, informações cadastrais e serviços combinados de escritório e apoio administrativo e outras atividades auxiliares de serviços financeiros.

Atenciosamente,

Documento assinado digitalmente
 **ALEXANDRE FACHINETTI**
Data: 10/11/2025 15:09:29-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

PAGESA INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S/A
Diretor Presidente
Alexandre Fachinetti

Balço Patrimonial do exercíco findo em:

(Valores expressos em reais)

ATIVO	Nota	30/09/2025	31/12/2024
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	112.468	458.530
Tributos a Recuperar	6	10.469	-
Outros Créditos	7	809.980	-
Total do Ativo Circulante		932.917	458.530
Ativo Não Circulante			
Imobilizado	8	3.396	-
Total do Ativo Não Circulante		3.396	-
Total do Ativo		936.313	458.530
PASSIVO			
Passivo Circulante			
Fornecedores		-	300
Obrigações Tributárias		485	-
Adiantamento de duplicatas		1.071	-
Total do Passivo Circulante		1.556	300
Patrimônio líquido			
Capital social	9	1.000.000	1.000.000
Capital a Integralizar		-	(500.000)
Prejuízos Acumulados		(65.243)	(41.770)
Total do patrimônio líquido		934.757	458.230
Total do Passivo		936.313	458.530

Demonstração do Resultado do exercício findo em:
(Valores expressos em reais)

	<u>Nota</u>	<u>30/09/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Receitas Operacionais		54.929	-
(-) Deduções de Receita Bruta		-	-
Receita operacional líquida		54.929	-
Lucro bruto		54.929	-
(Despesas) / Receitas operacionais			
Despesas Gerais e administrativas		(77.845)	(41.770)
Total das despesas operacionais		(77.845)	(41.770)
Lucro antes do Resultado Financeiro		(22.916)	(41.770)
Receitas financeiras		-	-
Despesas financeiras		(557)	-
Resultado financeiro líquido		(557)	-
Outras receitas não operacionais		-	-
Resultado não operacional		-	-
Resultado antes das provisões para CSLL e IRPJ		(23.473)	(41.770)
Resultado Líquido do período		(23.473)	(41.770)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido do exercício findo em:
(Valores expressos em reais)

	Capital Social	Capital a Integralizar	Prejuízos Acumulados	Total
Saldo em 01 de abril de 2024	1.000.000	(900.000)	-	100.000
Integralização de capital social		400.000		400.000
Resultado do exercício			(41.770)	(41.770)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.000.000	(500.000)	(41.770)	458.230
Integralização de capital social		500.000		-
Resultado do exercício			(23.473)	(23.473)
Saldo em 30 de setembro de 2025	1.000.000	-	(65.243)	934.757

Demonstração do fluxo de caixa do exercício findo em:

(Valores expressos em reais)

	<u>30/09/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
- Resultado líquido antes do IRPJ E CSLL	(23.473)	(41.770)
Ajustado por:		
- Depreciação	599	-
	<u>(22.874)</u>	<u>(41.770)</u>
(Aumento)/Diminuição das contas ativas		
- Tributos a Recuperar	(10.469)	-
- Outros créditos	(809.980)	-
Aumento/(Diminuição) das contas passivas		
- Fornecedores	(300)	300
- Obrigações tributárias	485	-
- Adiantamento de duplicatas	1.071	-
Caixa proveniente/(usado) nas operações	<u>(842.067)</u>	<u>(41.470)</u>
Caixa líquido usado nas atividades operacionais	<u>(842.067)</u>	<u>(41.470)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
- Aquisição de Imobilizado	(3.995)	-
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	<u>(3.995)</u>	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
- Integralização de Capital	500.000	400.000
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	<u>500.000</u>	<u>400.000</u>
Aumento/(Diminuição) Líquida de caixa e equivalentes de caixa	<u>(346.062)</u>	<u>358.530</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	458.530	100.000
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	112.468	458.530

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras do Exercício Findo em 30 de setembro de 2025.

1. Contexto Operacional

A **Pagesa Instituição De Pagamento S/A**, fundada em 14 de junho de 2024 e tem por objeto: (i) Atividades de Instituição de Pagamento para realizar iniciação de transação de pagamento correspondente de instituições financeiras, serviços prestados principalmente às empresas; (ii) emissão de moeda eletrônica; (iii) licenciamento de programas de computador customizáveis; (iv) suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação; (v) tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet, atividades de prestação de serviços de informação; (vi) instituidora de arranjo de pagamentos; (vii) atividades de cobranças, informações cadastrais e serviços combinados de escritório e apoio administrativo e outras atividades auxiliares de serviços financeiros.

A Companhia é tributada pelo Lucro Real e sede e foro na Cidade de Blumenau, estado do Santa Catarina, na Rua 7 de setembro, 777, 9º andar, sala 903, Centro, CEP: 89.010-201.

Contabilidade terceirizada: Os administradores da Companhia optaram pela contratação de contabilidade terceirizada, a qual se encontra perfeitamente atinada a legislação profissional, e estando assim, regulamentada pelo Conselho Federal de Contabilidade no que tange a questão ética e profissional e ainda conforme previsto em cláusulas contratuais. Assim, a administração da companhia declara que tomou ciência do conteúdo do aludido contrato em todos os seus termos e assim, as presentes demonstrações refletem e espelham a realidade da companhia em todos os seus termos. Os resultados produzidos são frutos do documental remetido para contabilização pela administração da companhia, respondendo esta, pela veracidade, integralidade e procedência. A administração encontra-se ciente de toda a legislação aqui aplicável, especialmente no tocante a Lei 11.101/2005 que informa o contribuinte das suas responsabilidades quanto as documentações e procedimentos. A responsabilidade profissional do contabilista, que referenda estas demonstrações contábeis, está limitada aos fatos contábeis efetivamente notificados pela administração da companhia a este profissional.

2. Riscos

2.1. Risco de mercado:

Este tipo de risco está ligado à perspectiva de eventos adversos, que impactem os preços dos ativos transacionados e/ou sua liquidez. Esse risco está associado a variáveis macros sistêmicas, como inflação, taxas de juros, taxas de câmbio e outras.

2.2. Risco de Liquidez:

Risco de não conseguir honrar obrigações financeiras nos vencimentos sem perdas relevantes. A gestão mantém planos de contingência de liquidez, projeções de fluxo de caixa em múltiplos cenários (incluindo estresse), colchões de liquidez e acesso a fontes alternativas de funding (quando disponíveis), em linha com diretrizes prudenciais.

2.3. Risco Prudencial e de Capital:

Risco de a Companhia não manter patrimônio de referência/capital regulatório e colchões adequados às exigências normativas e ao crescimento das operações. Alterações em regras prudenciais podem requerer aportes de capital, revisão de limites, ajustes de apetite/tolerância a risco e mudanças em produtos/precificação.

2.4. Risco institucional:

Este risco está associado à possibilidade de eventos adversos em âmbito da legislação, da regulamentação, da autorregulação (a cargo dos próprios agentes do mercado considerado) e do cumprimento dos contratos. Eventos como mudança na legislação tributária ou em regras estabelecidas por uma entidade reguladora se enquadram nessa modalidade de risco.

2.5. Risco Regulatório/Institucional:

Risco de mudanças legais, regulatórias e de autorregulação afetarem operações como emissão de moeda eletrônica, iniciação de pagamentos, arranjos de pagamento, interoperabilidade, tarifas, governança, gestão de risco, PLD/FT, requerimentos operacionais e de segurança. Exigências adicionais podem elevar custos, exigir investimentos tecnológicos e restringir produtos/serviços.

2.6. Risco Operacional:

Risco de perdas decorrentes de falhas em processos, pessoas, sistemas ou eventos externos (fraudes internas/externas, indisponibilidade de provedores, desastres). A Companhia adota mapa de processos, controles internos, segregação de funções, trilhas de auditoria, gestão de continuidade (BCP/DRP) e testes periódicos.

2.7. Risco de Tecnologia e Cibersegurança:

Risco de indisponibilidade de plataformas, incidentes cibernéticos, vazamento de dados, ataques DDoS e malwares que afetem confidencialidade, integridade e disponibilidade. Mitigações: arquitetura redundante, monitoramento 24/7, backups, gestão de vulnerabilidades, plano de resposta a incidentes e requisitos de segurança para terceiros.

2.8. Risco de Proteção de Dados:

Sujeição às obrigações da Lei Geral de Proteção de Dados. Descumprimentos podem gerar sanções, custos de remediação e danos reputacionais. A Companhia adota base legal adequada, minimização e retenção de dados, controles de acesso, criptografia, gestão de terceiros e treinamento contínuo.

2.9. Risco de Fraude em Pagamentos:

Risco de **transações fraudulentas**, uso indevido de credenciais e engenharia social. A Companhia utiliza **motor antifraude**, autenticação reforçada, **análise comportamental em tempo real**, revisão de regras, coleta de evidências e cooperação com arranjos/bandeiras e autoridades.

2.10. Risco de Concentração:

Dependência de **poucos clientes, parceiros, arranjos, provedores cloud** ou canais. Concentração pode amplificar impactos financeiros e operacionais. A Companhia monitora indicadores, busca **diversificação** e cláusulas contratuais de resiliência.

2.11. Risco Fiscal e Tributário

Mudanças em legislação tributária e interpretações podem afetar a carga tributária (inclusive sobre receitas de serviços financeiros e meios de pagamento) e a precificação. Como contribuinte no Lucro Real, a Companhia acompanha iniciativas legislativas e jurisprudenciais, ajustando-se conforme necessário.

2.12. Risco de PLD/FT e Sanções

Risco de impactos regulatórios e reputacionais decorrentes de lavagem de dinheiro, financiamento do terrorismo e listas de sanções. A Companhia mantém políticas, procedimentos e controles alinhados às exigências regulatórias, incluindo identificação e verificação de clientes/beneficiários finais, monitoramento transacional, reporte às autoridades e treinamentos.

2.13. Risco de Reputação e Conformidade

Descumprimentos contratuais, normativos ou falhas de atendimento podem afetar a confiança de clientes, parceiros e reguladores. A Companhia mantém programa de compliance, código de conduta, canais de denúncia e treinamentos periódicos.

3. Apresentação das Demonstrações Financeiras

Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas com base nas Práticas Contábeis brasileiras, que compreendem a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Interpretações e as Orientações emitidas pelo CPC e homologados pelos órgãos reguladores, e práticas adotadas pelas entidades em assuntos não regulados, desde que atendam ao Pronunciamento Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil – CPC 00 – e, por conseguinte, em consonância com as normas contábeis internacionais.

As demonstrações contábeis de 30 de setembro de 2025 estão de acordo com as normas, interpretações e comunicados técnicos emitidos pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial pela NBC TG 26 (R5) e incluem as alterações na legislação societária introduzidas pela Lei 11.638/07, e pela Lei 11.941/09, que alteraram a Lei 6.404/76 nos artigos relativos à elaboração das demonstrações contábeis.

A Companhia elaborou o seguinte conjunto de Demonstrações Financeiras, conforme previsto no item nº 10 da NBC TG 26 (R5): Balanço Patrimonial – BP; Demonstração do Resultado do Exercício – DRE; Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL e Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC. Em todas as demonstrações foram apresentados os saldos do final do exercício, bem como do final do exercício anterior para fins de comparabilidade.

Dentre os Pronunciamentos, as interpretações e as orientações do CPC, destacamos:

CPC 00 (R1) – Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro
CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos
CPC 03 (R2) – Demonstração dos fluxos de caixa
CPC 05 (R1) – Divulgação sobre partes relacionadas
CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro
CPC 24 – Evento subsequente
CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis
CPC 27 (R1) – Ativo Imobilizado
CPC 32 – Tributos sobre o Lucro
CPC 48 – Instrumentos Financeiros

Continuidade: A administração concluiu não haver incertezas materiais que possam gerar dúvidas significativas sobre sua capacidade de continuar operando por período indeterminado. As demonstrações contábeis foram elaboradas tendo como premissa que a Companhia está em atividade, e assim irá manter-se, e ainda que existe o firme propósito de continuar suas atividades e que não se visualizou qualquer probabilidade de descontinuidade. Ainda para o lapso de doze meses, da data das demonstrações contábeis, não ficou caracterizada, por qualquer forma, inclusive por vontade da administração, a redução drástica na escala de suas operações.

4. Principais Práticas Contábeis

As demonstrações financeiras são elaboradas com o apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras são apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, provisão para receitas incorridas que ainda não foram faturadas, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões.

4.1. Moeda funcional

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, sendo o Real (R\$) a moeda funcional da Companhia, conforme critérios previstos nos itens 9 a 14 da NBC TG 02 (R3) emitida pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade.

4.2. Reconhecimento de receita

i. **Prestação de serviços**

A receita de prestação de serviços é reconhecida com base na execução dos serviços previstos nos contratos celebrados entre as partes ou na própria conclusão dos mesmos, ou seja, quando os riscos significativos e os benefícios são transferidos para o comprador. Quando o resultado do contrato não puder ser medido de forma confiável, a receita é reconhecida apenas na extensão em que as despesas incorridas puderem ser recuperadas.

ii. **Receita de juros**

Para instrumentos financeiros ao custo amortizado e ativos que rendem juros, a receita (ou despesa) é apurada pelo método da taxa de juros efetiva (TJE), que desconta os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida do instrumento ao valor contábil líquido.

Rendimentos de aplicações de recursos próprios e atualizações pela TJE são apresentados em “Receita financeira”.

Eventuais rendimentos relacionados a recursos de clientes vinculados a contas de pagamento/moeda eletrônica são reconhecidos conforme os direitos contratuais e regulatórios de titularidade dos benefícios econômicos.

Perdas de crédito esperadas (PCE) são reconhecidas conforme o CPC 48, como despesa ou reversão.

4.3. Reconhecimento de despesas

As despesas foram reconhecidas no resultado à medida da sua realização através do regime de competência. Foram reconhecidas simultaneamente com as receitas quando com estas tinham vínculo, em conformidade com o previsto na ITG 2000 (R1) emitida pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade.

4.4. Impostos e contribuições

i. Imposto de renda pessoa jurídica e contribuição social sobre o lucro líquido- correntes

O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) são calculados com base nas alíquotas vigentes (15% para o IRPJ, 10% para o adicional de IRPJ sobre o lucro excedente a R\$ 240.000 por ano e 9% de CSLL) e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social para fins de determinação de exigibilidade, quando aplicável. Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.

ii. Imposto sobre serviços, Pis e Cofins

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 4% (quatro por cento).
- Programa de Integração Social (PIS) – 0,65% (sessenta e cinco centésimos por cento)
- Imposto Sobre Serviços (ISS) 2% a 5%.

4.5. Instrumentos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração

Os ativos financeiros da Companhia são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado a valor justo, acrescidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, bancos conta movimento e aplicações de liquidez imediata.

A prática contábil adotada para os instrumentos financeiros foi pautada no que determinam as normas emitidas pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade: NBC TG 39 (R5), NBC TG 40 (R3) e NBC TG 48.

4.6. Ajuste a Valor Presente (AVP) de ativos e passivos

A Companhia não pratica transações significativas a prazo com valores pré-fixados. Assim, os saldos dos direitos e das obrigações são mensurados nas datas de encerramento dos exercícios por valores próximos aos respectivos valores presentes.

4.7. Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de “impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

A Administração avaliou o efeito deste procedimento e, nas demonstrações financeiras de 30 de setembro 2025 não identificou ajustes a serem contabilizados.

4.8. Provisão para redução ao valor de recuperação de direitos creditórios

Os direitos creditórios são classificados de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, que requer a análise da carteira quanto ao atraso das operações, conforme regras e procedimentos definidos na Lei Nº 9.430/1996, Art. 9º, § 7º, Lei 13.097/2017, Art. 8º e na Instrução Normativa RFB Nº 1.700 de 14 de março de 2017 em seu art. 71.

4.9. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado em bases confiáveis. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Todos os demais passivos foram classificados como não circulantes.

4.10. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

4.11. Imobilizado

A política de reconhecimento e mensuração de ativo imobilizado foi construída pela empresa a partir das diretrizes da NBC TG 27 (R4) do CFC – Conselho Federal de Contabilidade. O reconhecimento se deu pelo valor do custo de aquisição ou construção, acrescido quando aplicável de juros durante o período de construção, deduzido da depreciação acumulada. Foram considerados imobilizados os ativos tangíveis que são mantidos para uso ou para fins administrativos e que se espera que sejam utilizados durante mais do que um período. O reconhecimento dos itens do imobilizado se deu quando existia probabilidade de benefício econômico futuro para a empresa e o custo do item foi mensurado de maneira confiável e ainda quando a empresa assumia substancialmente os riscos, os benefícios e o controle de tais ativos, dentro da primazia da essência sobre a forma.

A mensuração dos itens do imobilizado, a formação do custo, foi realizada da seguinte forma: preço de compra, incluindo os tributos não recuperáveis e todos os demais custos até o ponto de o imobilizado estar em condições de uso. A depreciação foi calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada de cada bem e o valor residual.

4.12. Informações por segmento

O CPC 22 requer que as operações por segmento sejam identificadas com base em relatórios internos utilizados pelos tomadores de decisão com a finalidade de alocar recursos aos segmentos e avaliar sua performance.

A Administração efetuou a análise mencionada e concluiu que a Companhia opera em um único segmento (Meios de Pagamento) e por isso não há a necessidade de nenhuma divulgação adicional.

4.13. Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

4.14. Eventos Subsequentes

A Administração da Companhia realizou uma análise em todos os eventos subsequentes, favoráveis, desfavoráveis, relevantes que pudessem influenciar significativamente o seu desempenho, com uma atenção especial no quesito da continuidade. Após esta análise nenhum evento importante e impactante foi constatado. Assim nenhum ajuste de saldo se fez necessário e nenhum fato importante para divulgação foi identificado em decorrência de eventos subsequentes.

5. Caixa e Equivalentes de Caixa

O Caixa e equivalentes de caixa incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa, se aplicável. O caixa e equivalentes de caixa existentes na sociedade compõem-se da seguinte forma:

Descrição	30/09/2025	31/12/2024
Banco Conta Movimento	1.604	458.530
Aplicações de Liquidez	110.864	
Total de Caixa e Equivalentes	112.468	458.530

6. Tributos a Recuperar

Tributos a recuperar representam créditos tributários com direito de compensação/restituição com tributos próprios vencidos ou a restituir. São avaliados periodicamente quanto à recuperabilidade, com base no plano tributário e na documentação de suporte.

Em 2025, o saldo decorre de aplicações financeiras mantidas em outras instituições, as quais integram o objeto social da Companhia. Os rendimentos dessas aplicações são reconhecidos como receitas operacionais, e o IRRF incidente é tratado como antecipação do IRPJ apurado pelo resultado do exercício. Até sua compensação nas apurações correntes o valor permanece registrado em Tributos a Recuperar.

Descrição	30/09/2025
IRRF Sobre Aplicação Financeira	10.469
Total de Tributos a Recuperar	10.469

7. Outros Créditos

A conta “outros créditos” é composta por adiantamentos diversos, descrita da seguinte forma:

Descrição	30/09/2025
Adiantamentos a Fornecedores	10.000
Títulos a receber	799.980
Total de Outros Créditos Ativo Circulante	809.980

8. Imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados ao custo histórico, deduzido da depreciação acumulada e de perdas por impairment (quando aplicável). A depreciação é calculada pelo método linear, com base na vida útil econômica estimada. As vidas úteis e valores residuais são revisados pelo menos ao final de cada exercício e ajustados prospectivamente quando necessário. Gastos de manutenção recorrente são reconhecidos no resultado; melhorias que aumentem capacidade/vida útil são capitalizadas.

A conta é composta da seguinte maneira

Descrição	Taxa	30/09/2025		
		Custo	Depreciação Acumulada	Valor Contábil
Equipamentos De Informática	15%	3.995	(599)	3.396
Total do Imobilizado		3.995	(599)	3.396


9. Patrimônio Líquido


Capital Social - O Capital Social subscrito da companhia é de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), totalmente integralizado, representado por 1.000.000 (um milhão) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Resultado do exercício e prejuízos acumulados: No exercício findo em 30 de setembro de 2025, a Companhia apurou prejuízo de R\$ 23.473,11, que foi integralmente apropriado ao patrimônio líquido, elevando o saldo de prejuízos acumulados para R\$ 65.243,00 em 30/09/2025.

Esse saldo será compensado com lucros futuros, nos termos da legislação societária aplicável, restringindo a distribuição de dividendos até sua absorção.

Blumenau - SC, 10 de outubro de 2025.

 Documento assinado digitalmente
ALEXANDRE FACHINETTI
Data: 27/10/2025 11:17:27-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

 Documento assinado digitalmente
RAMONE ELEN ROCHA SANTANA
Data: 27/10/2025 12:00:03-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Alexandre Fachinetti

Diretor Presidente

Ramone Elen Rocha Santana

Diretora

HELTOM GIUSEPPE Assinado de forma digital por
GASTALDI:080806 HELTOM GIUSEPPE
16906 GASTALDI:08080616906
Dados: 2025.11.10 15:24:30
-03'00'

HELTOM GIUSEPPE GASTALDI

Contador
CRC/SC – 042578/O-1